

Plano defende Campinas na outorga do Cantareira

Primeira reunião da subcomissão será nesta quinta-feira (19)

Por Raquel Valli

A Subcomissão de Recursos Hídricos da Câmara Municipal de Campinas (SP), que acompanhará a articulação das políticas municipais de segurança hídrica, apresentará nesta quinta-feira (19) o Plano de Trabalho do grupo (objetivos, eixos prioritários, metas e cronograma de atividades). As duas prioridades do colegiado são: a competição pelos recursos hídricos do Sistema Cantareira com a Região Metropolitana de São Paulo e a Parceria Público-Privada (PPP), proposta pelo governo estadual, que privatiza a operação das represas de Duas Pontes e Pedreira. Mas, a necessidade primordial é acompanhar a renovação da outorga do Cantareira, cujo vencimento está previsto para maio de 2027.

Para o vereador Luis Yabiku, que preside a Comissão de Meio Ambiente, a criação da subcomissão representa responsabilidade com o futuro da cidade: “a água é o recurso mais estratégico que temos e Campinas não pode ficar à margem das grandes decisões. Nosso papel será garantir que a cidade tenha voz ativa na renovação da outorga do Cantareira em 2027 e em todos os fóruns que decidem o futuro do nosso abastecimento”.

Imbróglio

A região de Campinas enfrenta escassez hídrica crônica. A bacia do PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá) possui alta densidade populacional e industrial, mas baixa disponibilidade de água. Segundo dados do Consórcio PCJ, que monitora as bacias dos três rios, a região dispõe de cerca de 1.200 m³ de água por habitante por ano. Mas, o parâmetro estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) é de 1.500 m³. A disputa histórica entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas pela outorga do Sistema Cantareira fundamenta-se na gestão das águas das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá que são desviadas de seu curso natural para o abastecimento da capital paulista. O conflito ganha força porque o sistema capta recursos hídricos no interior para enviá-los à bacia do Alto Tietê, atendendo a população paulistana, enquanto a região de Campinas reivindica o direito de utilizar essa mesma água para seu crescimento industrial e urbano.

A outorga de 1974 priorizava quase exclusivamente a capital,



Subcomissão é formada por Rubens Gás (PSB-SP), Romão (PT-SP) e Yabiku (Republicanos-SP)

Alesp

